



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DA RECEITA – FER



INTEGRANTES

Conselho Gestor

Marília Sorrini Peres Ortiz

Heitor Pereira Moreira

Isadora de Souza Modesto Pereira

Thiago Marino Leão Cardoso

Moacir Linhares Soutinho da Cruz

Verônica de Proença Oliveira

Comitê de Investimentos

Lucas José Lopes Paz

Vítor Costa Ribeiro

Marcelo Zander Vaiano

Arthur Mello César da Rocha

Luiz Antonio Francisco Vieira

Equipe técnica

Fernando Gonçalves Castanheira Junior

Raffaela Mazzoli da Rocha Fiuza

Thaisa Venel Braga

Mathias Ezequiel Breder do Nascimento

Laísa Moraes de Souza Costa

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Política de Investimentos do Fundo de Equalização da Receita (FER) tem a finalidade de fundamentar e nortear todos os processos de tomada de decisão referente aos recursos do FER, tendo em vista as melhores técnicas e práticas de mercado com aplicabilidade ao Setor Público.

Neste documento serão demonstrados os requisitos previstos no Art. 31 do Regimento Interno[1], dentre os quais: o modelo de gestão adotado, a estrutura da governança do Fundo, os limites de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicações financeiras, a metodologia e os critérios a serem adotados para análise prévia dos riscos dos investimentos e a meta de rentabilidade para o ano de 2025. Serão, também, descritos os critérios para avaliação das diferentes classes de ativos e gestores, a política de transparência, bem como as estratégias empregadas de modo a diversificar a carteira, como forma de redução dos riscos.

Os trabalhos são coordenados pela Secretaria Municipal de Fazenda, com apoio do Departamento de Estudos Fiscais, com vistas a subsidiar a atuação do Conselho Gestor e do Comitê de Investimentos do Fundo. A Andaluz Consultoria de Investimentos assessorou a produção do documento.

Os fundamentos para a elaboração da presente Política de Investimentos estão centrados em critérios técnicos, voltados para o uso sustentável dos recursos públicos com foco na transparência e responsabilidade fiscal.

SUMÁRIO

INTEGRANTES.. 2

CARTA DE APRESENTAÇÃO.. 3

SUMÁRIO.. 4

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS.. 6

CAPÍTULO II: MODELO DE GESTÃO.. 8

CAPÍTULO III: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA. 10

CAPÍTULO IV: META DE RENTABILIDADE PARA 2024. 12

CAPÍTULO V: ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO.. 12

CAPÍTULO VI: CENÁRIO ECONÔMICO.. 13

CAPÍTULO VII: POLÍTICA DE ALOCAÇÃO E LIMITES POR SEGMENTO.. 15

7.1. RENDA FIXA.. 16

7.1.1 Limites de alocação para diferentes segmentos em renda fixa. 16

7.1.2. Regras para Aplicações em Renda Fixa: 17

7.2. RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS.. 18

7.2.1 Limites de Alocação para Diferentes Segmentos em Renda Variável e Investimentos Estruturados: 18

7.2.2 Regras para Aplicações em Renda Variável 19

7.3. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR.. 21

7.3.1 Limites de alocação para diferentes segmentos no Exterior 21

7.3.2 Regras para Aplicações no Exterior 21

CAPÍTULO VIII: LIMITES GERAIS. 23

8.1. DA ESCOLHA DO GESTOR/ADMINISTRADOR: 23

8.2. DOS LIMITES DE CONCENTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS: 23

8.3. DA ESCOLHA DOS ATIVOS:	24
CAPÍTULO IX: RESTRIÇÕES..	26
CAPÍTULO X: CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE ATIVOS..	27
10.1. CRITÉRIOS GERAIS..	27
10.2. CRITÉRIOS ESTRATÉGICOS.	27
10.3. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE ATIVOS..	28
CAPÍTULO XI: CONTROLE DE RISCOS..	30
11.1. RISCO DE MERCADO..	30
11.2. RISCO DE CRÉDITO..	30
11.3. RISCO DE LIQUIDEZ.	31
11.4. RISCO SISTÊMICO..	32
CAPÍTULO XII: PLANO DE REENQUADRAMENTO..	32
CAPÍTULO XIII: TRANSPARÊNCIA..	34

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES GERAIS^[TB2]

O Fundo de Equalização da Receita (FER) foi criado com o objetivo principal de promover estabilização fiscal no município de Niterói e formar poupança para que gerações futuras possam se beneficiar do instrumento, tendo sido instituído por meio do art. 149-A da Lei Orgânica do Município de Niterói[2], com a redação acrescida pela emenda nº 41/2019, regulamentado pelo Decreto nº 13.215/2019[3] e pela Lei nº 3.633/2021[4], alterada pela Lei nº 3.933/2024¹.

A utilização dos recursos do FER é admitida em caso de frustração de receitas, isto é, caso a receita de royalties ou de participação especial seja inferior ao estimado pela Agência Nacional de Petróleo para o ano fiscal corrente e a estimada na Lei Orçamentária Anual - LOA. Verificada a hipótese, o Fundo poderá cobrir até 50% (cinquenta por cento) da frustração da receita estimada, desde que o valor não represente mais do que 20% do montante geral do FER.

1

<https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/niteroi/lei-ordinaria/2024/394/3933/lei-ordinaria-n-3933-2024-altera-a-redacao-dos-artigos-2-e-8-da-lei-n-3633-de-15-de-setembro-de-2021-que-dispoe-sobre-a-estrutura-de-governanca-do-fundo-de-equalizacao-de-receitas-do-municipio-de-niteroi-fer>

A despeito das normas rigorosas de utilização e operacionalização do Fundo, o contexto excepcional conduzido pela deflagração da pandemia do novo coronavírus exigiu que fosse incorporada mais uma hipótese de utilização da poupança do FER, em caráter extraordinário.

Em 2020, ficou autorizada a aplicação de até 70% dos recursos do fundo “para custeio das políticas públicas municipais criadas para mitigação dos impactos econômicos e sociais provocados por pandemias assim descritas pela Organização Mundial de Saúde - OMS”, conforme texto adicionado à Lei Orgânica pela Emenda nº 43/2020.

O instrumento mostrou-se, então, de extrema relevância para o enfrentamento à crise econômico-sanitária, permitindo a execução de vultosas políticas públicas municipais de mitigação dos impactos econômicos e sociais causados pela disseminação do vírus e pelas restrições impostas às pessoas e negócios com o intuito de frear sua propagação, salvando vidas, negócios e postos de trabalho. Ao final de 2021 o fundo teve seu saldo recomposto a partir de um novo aporte no valor de R\$200 milhões de reais.

Para o cumprimento dos objetivos do Fundo, em especial o de formação de poupança pública, os recursos do FER são aplicados em ativos financeiros, visando à proteção e à valorização de seu patrimônio.

Os investimentos obedecerão às diretrizes e aos princípios contidos nesta Política de Investimentos, de acordo com a legislação em vigor, que direciona todo o processo de tomada de decisões, de gerenciamento e de acompanhamento dos recursos do FER, a fim de garantir a segurança, a liquidez e a rentabilidade coerentes com seus objetivos.

Dada a ausência de legislação *sui generis* que limite, discipline, vede ou restrinja determinado tipo de aplicação financeira pelos fundos especiais, a Política de Investimentos do FER é embasada em parâmetros definidos pelo Conselho Monetário Nacional nas Resoluções nº 4.963/21 e 4.994/22, referentes às aplicações de recursos nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), respectivamente.

A Política de Investimentos do FER tem, portanto, como uma de suas principais funções a de determinar os limites de alocação entre os diversos segmentos de aplicações financeiras: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior.

Esta Política poderá ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2025, em decorrência de mudança significativa no cenário econômico, de alterações nas legislações específicas ou conforme entendimento do Conselho Gestor e do Comitê de Investimentos.

CAPÍTULO II: MODELO DE GESTÃO

O Fundo de Equalização da Receita adotará o modelo de gestão própria para a execução de sua política de investimentos. Todas as decisões de investimentos e desinvestimentos serão no âmbito das instâncias deliberativas, respeitados os parâmetros legais e de alocação definidos nesta Política de Investimentos.

Observadas as normas legais e mediante aprovação das instâncias deliberativas, a gestão do Fundo poderá utilizar assessoria especializada em gestão de fundos financeiros para avaliação de riscos e alternativas nos investimentos, a fim de garantir melhores opções de investimento a depender do comportamento do mercado financeiro, conforme previsto no Art. 41 do Regimento Interno.

O FER seguirá os princípios de ética e da transparência na gestão dos investimentos e tomará como referencial as diretrizes preconizadas pela Carta de Princípios dos Fundos Soberanos Brasileiros[5], lançada em 30 de novembro de 2022, no II Fórum dos Fundos Soberanos Subnacionais Brasileiros.

Eixo 1 – Estrutura legal – Consistência jurídica

- 1- Garantir uma estrutura legal apoiada em norma de hierarquia superior do ente.
- 2- Firmar compromisso com a formação de riqueza no território para as presentes e futuras gerações.
- 3- Delinear seus regulamentos e normativos em geral obedecendo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Eixo 2 – Estrutura de governança e gestão – Coerência e eficácia

- 4- Criar estrutura de governança eficaz, estabelecendo responsabilidades e funções a fim de contribuir para o alcance dos objetivos almejados.
- 5- Orientar-se conforme as melhores práticas de gestão, com boa fé, diligência, lealdade e padrões éticos.
- 6- Estabelecer os limites de alocação dos recursos por meio de política de investimentos, utilizando-se das melhores técnicas e práticas do mercado.
- 7- Agir de modo a prevenir ou impedir possível conflito de interesses e a resguardar informação privilegiada.

Eixo 3 – Estrutura de prestação de contas – Transparência e uniformidade

8- Estabelecer estrutura de prestação de contas a fim de assegurar a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos, promover a defesa do patrimônio público e manter os cidadãos informados sobre as transações efetuadas.

9- Assegurar a transparência dos diplomas legais, da governança, da política de investimentos e da prestação de contas, garantindo o sigilo como exceção.

10- Divulgar periodicamente documentos gerenciais, contábeis, financeiros, operacionais, patrimoniais, de desempenho, acompanhamento e enquadramento.

CAPÍTULO III: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Diante da exigência de que as políticas de investimentos praticadas pelo Município sejam discutidas e coordenadas com responsabilidade, adotando-se as melhores práticas de gestão dessas aplicações financeiras, foram instituídos o Conselho Gestor e o Comitê de Investimentos com poderes e estrutura condizentes com o seu papel.

Nesse sentido, na amplitude definida em lei, o Conselho Gestor é responsável por deliberar sobre assuntos referentes às normas e diretrizes do Fundo de Equalização da Receita, bem como definir diretrizes e estratégias e limites de aplicação de seus recursos por meio de sua Política de Investimentos.

Por sua vez, o Comitê de Investimentos é a instância deliberativa responsável por elaborar relatórios, analisar e avaliar estratégias e adotar ações referentes à aplicação financeira dos recursos do FER, observadas as diretrizes emanadas do Conselho Gestor e da Política de Investimentos.

O FER contará, ainda, com o apoio técnico do Departamento de Estudos Fiscais e a assistência administrativa da Secretaria Executiva, exercida pela Subsecretaria de Finanças da SMF. A atual estrutura de governança possibilita a mitigação de riscos relativos à operacionalização dos investimentos e garante a autonomia das decisões colegiadas.

Os membros exercerão suas atividades buscando sempre as melhores condições para os recursos investidos pelo FER, atuando com lealdade em relação aos interesses do Município de Niterói, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão.

Outrossim, deverão observar o necessário sigilo quanto às análises inerentes ao mercado financeiro e de capitais, assim como as decisões de investimentos dos recursos

sob a gestão do FER, respondendo, civil, administrativa e penalmente pela utilização indevida de informações privilegiadas.

Observa-se que, conforme estabelecido em lei, é vedada a nomeação de agente público que esteja em situação de conflito de interesse, entendido esse como o confronto entre os interesses na gestão do FER e os seus interesses privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública. Por fim, cabe ressaltar que todos os membros do Comitê de Investimento devem ter certificação emitida por autoridades certificadoras ou autorização da Comissão de Valores Mobiliários para administrar carteiras de valores mobiliários, visando uma atuação responsável e técnica nos investimentos do FER.

Os instrumentos legais dos quais o FER dispõe conferem autonomia às Instâncias Deliberativas na execução desta Política de Investimentos. Conforme regulamentado pela Lei nº 3633/2021, alterada pela Lei nº 3.933/2024 e pelo Decreto 13.215/2019, as tomadas de decisão relacionadas à aplicação dos recursos deverão estar de acordo com as seguintes atribuições:

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

- I. Avaliar opções de investimentos;
- II. Analisar riscos;
- III. Preparar relatórios para tomada de decisão do Conselho Gestor;
- IV. Preparar material para dar transparência e publicidade ao processo;
- V. Providenciar a aplicação dos recursos financeiros recebidos;
- VI. Monitorar o fluxo de arrecadação de receitas;
- VII. Informar ao Presidente do Conselho Gestor o valor possível de ser utilizado em caso de frustração de receitas; e
- VIII - Outras atribuições definidas pelo Poder Executivo através de Decreto.

CONSELHO GESTOR

- I. Definir as diretrizes de aplicação, fixação de critérios e alocação de ativos, visando à maximização dos rendimentos obtidos para o nível de risco a que o Fundo está exposto;
- II. Deliberar sobre a gestão operacional do Fundo, mitigando a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos;
- III. Estabelecer os limites de exposição aos riscos e promover alterações à estratégia geral de aplicação e gestão do Fundo em casos de necessidade;
- IV. Realizar a conferência da alocação e aplicação dos recursos do fundo;
- V. Aprovar o relatório anual de prestação de contas de desempenho e atividades do FER;
- VI. Aprovar o regimento interno do FER; e
- VII. Manter atualizados os instrumentos de transparência.

CAPÍTULO IV: META DE RENTABILIDADE PARA 2025

O Fundo de Equalização da Receita estabelece 100% do CDI como meta de rentabilidade anual da carteira de investimentos.

O parâmetro de rentabilidade perseguido condiz com os objetivos constitutivos do FER e com os limites de exposição aos riscos previstos nesta Política de Investimentos.

CAPÍTULO V: ACOMPANHAMENTO DE DESEMPENHO

Como metodologia de acompanhamento do retorno esperado dos ativos, será utilizada a comparação do desempenho de cada segmento com seu respectivo índice de referência (*benchmark*) e, principalmente, com a meta de rentabilidade estabelecida. Além disso, será realizada a comparação de retorno e risco entre produtos de investimentos com características similares.

No que se refere aos fundos de investimentos, o Índice Sharpe^[6] será a premissa balizadora da comparação entre fundos para fins de verificação de desempenho, sendo utilizado para mensurar a performance ajustada pelo risco de ativos que pertençam à mesma classe e que possuam duração semelhante.

Para as diferentes classes de investimentos serão, portanto, observados os seguintes *benchmarks*:

Aplicações em ativos financeiros no Brasil – Certificado de Depósito Interbancário (CDI); Índice Ibovespa (IBOV); Taxa Selic; Índice de Inflação (IPCA).

De modo complementar, poderão ser observados indicadores específicos ao segmento, a exemplo do IFIX^[7], amplamente utilizado no âmbito de Fundos Imobiliários, e demais índices de referência para ativos de renda fixa e variável, tais como o IMA^[8] e o IBrX^[9].

Adicionalmente, poderá ser usado ainda o Índice IMA-B (Índice de Mercado ANBIMA - Índice de Títulos Públicos atrelados ao IPCA), que reflete o desempenho de uma carteira teórica composta exclusivamente por títulos públicos federais indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

Aplicações em ativos financeiros no exterior – Taxa de juros de referência internacional SOFR[10] (Renda Fixa); MSCI – World^[11], S&P 500 e Nasdaq 100 (Renda Variável).

CAPÍTULO VI: CENÁRIO ECONÔMICO^[TB6]

O ano de 2024 consolidou-se como um período de desafios e transições significativas para a economia global e nacional. No cenário internacional, observamos a caracterização de um "pouso suave", com a inflação convergindo para as metas em diversas economias avançadas, como Estados Unidos e Zona do Euro. Esse movimento permitiu que bancos centrais iniciassem cortes graduais nas taxas de juros, embora mantivessem suas políticas ainda contracionistas. Já no Brasil, a realidade foi diferente, com a manutenção de uma política monetária restritiva, reflexo das condições econômicas internas.

Nos Estados Unidos e na Zona do Euro, mercados de trabalho resilientes e núcleos inflacionários moderados sustentaram o início de ajustes nas taxas de juros. Entretanto, a inflação de serviços e a evolução dos salários reais, ainda abaixo das tendências pré pandemia, representam potenciais fontes de pressão inflacionária caso avancem rapidamente.

O setor de serviços destacou-se pela dinâmica positiva em comparação à indústria, especialmente nas economias avançadas. O comércio global cresceu, mas as exportações brasileiras enfrentaram desafios diante da estabilidade nas importações de China e Zona do Euro. Em contraste, a demanda americana por produtos importados apresentou expansão, beneficiando parcialmente o Brasil.

A pandemia deixou impactos persistentes, como a mudança na relação de preços entre bens e serviços. Embora a demanda tenha migrado de volta aos serviços, os preços relativos permanecem desajustados, podendo gerar inflação temporária em caso de retomada acelerada.

Outro ponto crítico foi o endividamento público global, agravado pelos estímulos fiscais da pandemia e pela alta dos juros. Essa combinação aumentou os encargos da dívida, reduzindo a margem para políticas fiscais expansionistas. A necessidade de financiamento para a transição energética, tensões geopolíticas e envelhecimento populacional adicionaram pressão aos orçamentos públicos, desafiando a sustentabilidade macroeconômica no longo prazo.

No Brasil, o desempenho econômico foi marcado por um PIB robusto, impulsionado por uma taxa de desemprego historicamente baixa, que favoreceu o setor de serviços. Esse dinamismo compensou parcialmente a fraqueza nas exportações líquidas, tanto de commodities agrícolas quanto de minerais.

De acordo com dados do da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o agronegócio brasileiro apresenta boas perspectivas para 2025, com previsão de crescimento do PIB do setor em até 5%, impulsionado pelo aumento da produção primária e pela recuperação da safra de grãos. A produção de grãos deve atingir um recorde de 322,53 milhões de toneladas, conforme estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), refletindo uma elevação na produtividade e uma pequena expansão da área plantada. A recuperação da safra, além de fortalecer as exportações, deve contribuir para uma desaceleração dos preços dos alimentos, que devem crescer 5,75% em 2025, abaixo do aumento de 8,49% em 2024.

Entretanto, desafios importantes permanecem, como o impacto do câmbio elevado sobre os custos de produção, devido à dependência de insumos importados como fertilizantes. Além disso, a manutenção da taxa Selic em patamar elevado, projetada em 14,00% para o final de 2025, deve limitar o acesso ao crédito rural e pressionar o custo do capital para os produtores.

No mercado externo, os estoques de cereais nas principais economias globais, como Estados Unidos e China, continuarão sendo um driver essencial para a precificação das commodities. Estoques baixos podem aumentar os preços internacionais, enquanto estoques altos exercem pressão contrária. O monitoramento desses indicadores será vital para entender as dinâmicas de preços e os impactos no mercado interno brasileiro.

Outro ponto relevante é a possibilidade de uma intensificação nas tensões comerciais entre Estados Unidos e China, principais economias do mundo. Uma briga tarifária entre os dois países pode alterar as cadeias de suprimentos globais e criar oportunidades ou desafios para o Brasil, que tem papel estratégico como fornecedor de alimentos e commodities para ambas as nações.

Por fim, o cenário geopolítico e as sanções europeias, como a Lei Antidesmatamento (EUDR), também adicionam incertezas para o agronegócio brasileiro. Tais medidas podem afetar a competitividade dos produtos nacionais, exigindo estratégias mais robustas de sustentabilidade e compliance para garantir acesso aos mercados internacionais e preservar as margens dos produtores.

PIB e componentes de demanda: evolução das taxas de crescimento (Em %)

	Trimestre/trimestre anterior dessazonalizado				Trimestre/Igual trimestre do ano anterior				Acumulado	
	4T23	1T24	2T24	3T24	4T23	1T24	2T24	3T24	No ano	Em quatro trimestres
PIB a preços de mercado	0,2	1,1	1,4	0,9	2,4	2,6	3,3	4,0	3,3	3,1
Absorção interna (demanda interna final + var. de estoques)	0,8	2,1	2,3	0,9	0,8	3,0	5,1	6,7	4,9	3,9
Demanda interna final	0,7	2,3	1,1	1,4	1,8	4,3	4,4	5,6	4,8	4,0
Consumo total	0,5	1,8	1,0	1,1	3,2	4,6	4,2	4,5	4,4	4,1
Consumo das famílias	0,1	2,5	1,4	1,5	2,6	4,7	5,1	5,5	5,1	4,5
Consumo do governo	0,6	0,1	-0,3	0,8	5,1	4,1	1,2	1,3	2,1	2,9
FBCF	1,5	4,5	2,2	2,1	-4,4	3,0	5,7	10,8	6,6	3,7
Exportações de bens e serviços	-0,1	-0,2	1,5	-0,6	7,3	6,1	4,3	2,1	4,1	4,8
Importações de bens e serviços	0,6	4,3	7,3	1,0	-0,9	10,0	14,7	17,7	14,2	10,3

Fonte: IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A alta em “Importações de bens e serviços” no 3T2024 refletiu um aquecimento da demanda interna, impulsionado por salários elevados, consumo aquecido e oferta no limite, o que adicionou pressão ao ciclo inflacionário. Como resposta, o Banco Central do Brasil segue com viés contracionista para política monetária, o que mantém os juros em níveis restritivos. Essa postura beneficiou ativos conservadores, como títulos atrelados à Selic e ao CDI, enquanto ativos de maior risco enfrentaram alta volatilidade.

A reeleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos trouxe um viés protecionista e fiscalmente expansionista, aumentando a atratividade da economia americana para investidores globais. Entretanto, a necessidade de postergação no ritmo de corte nas taxas de juros norte-americanas pode voltar a fazer preço.

Assim sendo, o fortalecimento do dólar e o movimento de "flight to quality"² redirecionaram fluxos de capital para mercados desenvolvidos, pressionando moedas emergentes como o real. Com a China desacelerando, a Zona do Euro em recuperação lenta e tensões geopolíticas envolvendo Rússia, Ucrânia, Israel e Irã, os Estados Unidos consolidaram-se como pólo de estabilidade econômica. Contudo, essa dinâmica impõe desafios adicionais às economias emergentes, como inflação persistente, volatilidade cambial e retração de investimentos externos.

Análise de Rentabilidade | Evolução dos Ativos

Período: 01/01/2024 - 18/12/2024



² Flight to quality: movimento em que investidores retiram capital de investimentos ou geografias mais arriscadas, redirecionando-as para ativos mais seguros - “de qualidade” -, como títulos do tesouro norte-americano.

	Retorno Efetivo						Patrimônio Líquido (Mil)			Taxa de Administração	Aplicação Mínima	Movimentação Mínima
	Mês	Ano	6 meses	1 ano	2 anos	Período*	18/12/2024	Médio 1 ano	Início do Fundo			
Ibovespa	-3,90 %	-10,00 %	-0,47 %	-8,40 %	17,42 %	-8,99 %	-	-	-	-	-	-
Dólar	1,80 %	27,29 %	13,25 %	26,63 %	16,70 %	25,98 %	-	-	-	-	-	-
NASDAQ 100 Index	3,16 %	60,45 %	21,92 %	59,76 %	120,13 %	61,51 %	-	-	-	-	-	-
S&P 500	-0,90 %	56,71 %	21,69 %	55,95 %	77,88 %	55,98 %	-	-	-	-	-	-

CAPÍTULO VII: DESEMPENHO DO FER EM 2024 E OPORTUNIDADES PARA 2025

Desempenho em 2024

Em 2024, a carteira do Fundo de Equalização de Receita (FER) apresentou uma performance resiliente, registrando, até novembro, rentabilidade superior a 103% do CDI, seu *benchmark*.

O resultado positivo foi obtido mesmo diante de um cenário marcado pela compressão significativa dos spreads de crédito privado. Essa redução foi impulsionada por fatores como a alta demanda por títulos, dinâmica nas emissões corporativas e mudanças regulatórias. Apesar desse contexto desafiador, a gestão do FER manteve posições em ativos estratégicos com elevado potencial de performance no médio e longo prazo, assegurando a solidez e a aderência aos objetivos do fundo.

Nos primeiros meses do ano, a valorização dos títulos em carteira proporcionou ganhos para o FER, reflexo do aumento da demanda por crédito privado, que elevou os preços desses ativos. Contudo, a gradativa redução dos prêmios de risco limitou as oportunidades para novas alocações a taxas atrativas, exigindo uma abordagem cautelosa para evitar a diluição dos retornos ajustados ao risco no longo prazo. Mesmo nesse ambiente, os gestores mantiveram a estratégia, priorizando ativos com fundamentos sólidos e perspectivas favoráveis de recuperação quando os spreads voltarem à normalidade.

A equipe de gestão do FER permanece confiante de que a recuperação dos spreads de crédito privado, esperada à medida que o mercado se normalize, trará oportunidades para capturar prêmios mais robustos. Os ativos em carteira continuam respaldados por fundamentos saudáveis, como a baixa alavancagem das empresas emissoras e o bom desempenho operacional. Além disso, o fundo adota uma visão holística, buscando ativos que combinem proteção em cenários adversos à capacidade de aproveitar ciclos econômicos mais favoráveis. A diversificação entre setores e emissores reforça a resiliência da carteira e prepara o fundo para desafios futuros.

Apesar dos desafios impostos, o Fundo de Equalização de Receita demonstrou capacidade de adaptação e gestão eficiente. A visão estratégica e o foco no longo prazo posicionam o FER de forma competitiva para capturar retornos superiores à medida que os spreads retornem a patamares mais equilibrados, consolidando seu compromisso com a preservação e o crescimento sustentável do patrimônio.

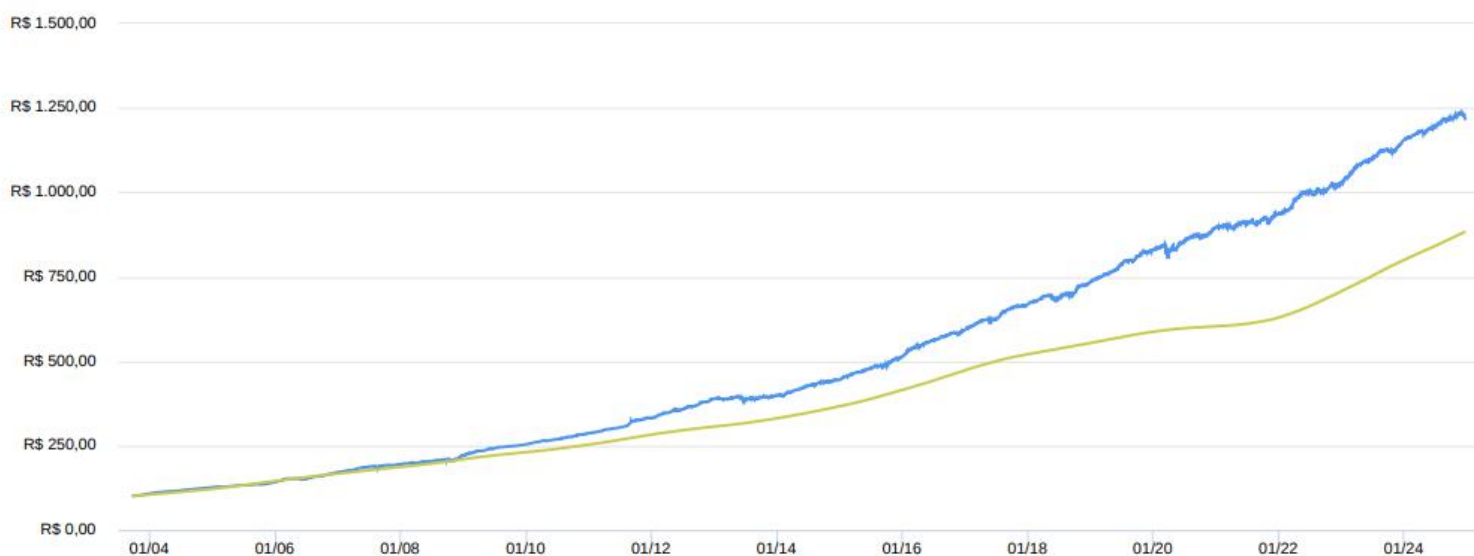
No entanto, mesmo com os bons números, a gestão segue atenta, mapeando oportunidades para alavancar os ganhos sem abrir mão da segurança do capital. Duas das principais oportunidades, fundos atrelados ao IMA-B e o foco em ESG, são apresentadas nos tópicos a seguir. Salienta-se, por fim, que as oportunidades apresentadas não são comandos vinculantes, mas sim direcionamentos, cujo grau de concretização se verificará ao longo do ano, de acordo com as possibilidades de mercado.

Notas do Tesouro Nacional Indexadas à Inflação e Dívidas Privadas Indexadas ao IPCA como estratégia de média e longo prazo.

As Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), conhecidas como Tesouro IPCA+, são títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional que oferecem remuneração composta por uma taxa de juros prefixada somada à variação do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Essa estrutura é amplamente utilizada para proteger o investidor contra a perda de poder de compra ao longo do tempo. No âmbito privado, títulos de dívida indexados ao IPCA, como debêntures e CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários), também oferecem essa proteção inflacionária, combinando a correção pelo índice de preços com uma taxa adicional. Por serem emitidos por instituições privadas, esses papéis frequentemente apresentam um prêmio de risco maior, o que pode resultar em retornos superiores aos títulos públicos.

A precificação desses ativos, tanto públicos quanto privados, está sujeita a múltiplos fatores de risco. A taxa de juros real é a principal variável que impacta o preço desses papéis. Quando as expectativas de juros reais sobem, o valor presente dos fluxos futuros diminui, causando desvalorização nos preços. Além disso, o prazo de vencimento é determinante para a volatilidade: papéis de longo prazo são mais sensíveis a mudanças na curva de juros, o que eleva o risco. No caso de títulos privados, o risco de crédito surge como uma preocupação adicional, uma vez que o rebaixamento do rating do emissor pode levar a desvalorizações abruptas. Por fim, o risco de liquidez também deve ser considerado, já que momentos de baixa demanda ou aversão ao risco podem aumentar os spreads, dificultando a negociação no mercado secundário.

No que se refere ao índice de referência, o Índice de Mercado ANBIMA – Série B (IMA-B) é amplamente utilizado para acompanhar a performance de títulos públicos indexados ao IPCA. Dentro dele, o IMA-B5, que reflete papéis com vencimentos de até cinco anos, tem se destacado como uma opção eficiente em termos de relação risco-retorno no longo prazo. Por ser menos sensível a oscilações na curva de juros em comparação a vértices de maior duração, o IMA-B5 apresenta uma volatilidade reduzida e consistentemente supera o CDI em termos de desempenho histórico, especialmente em cenários de juros reais elevados.



	Retorno Efetivo				18/09/2003 18/12/2024	Participação	Saldo Inicial	Saldo Bruto
	Mês	Ano	6 meses	1 ano				
IMA B 5	-1,42 %	4,94 %	1,56 %	5,40 %	1.113,85 %	100,00 %	-	-
CDI	0,56 %	10,47 %	5,20 %	10,81 %	784,16 %	-	-	-

Investir em fundos atrelados ao IMA-B5 oferece diversas vantagens em comparação à aquisição direta de um único título público ou privado indexado ao IPCA. Fundos proporcionam diversificação automática, reduzindo a exposição ao risco de concentração em um único ativo ou vencimento. Além disso, a gestão ativa permite ajustes na carteira conforme as condições de mercado, maximizando os retornos. A liquidez também é um ponto positivo, uma vez que fundos geralmente oferecem maior facilidade para resgates do que a venda de títulos individuais.

Diante do cenário atual de juros reais acima da média histórica, a alocação em ativos vinculados ao IMA-B5 figura como estratégia adequada para o FER. Esse tipo de fundo busca proteger o poder de compra e gerar retornos consistentes ao longo do tempo, enquanto gerencia riscos de liquidez e volatilidade. A performance histórica superior do IMA-B5 em relação ao CDI e sua resiliência em períodos de alta dos juros reforçam sua

atratividade. Além disso, a diversificação intrínseca oferecida pelos fundos atrelados a esse índice é essencial para a proteção e a geração de valor sustentável no longo prazo.

Backtest Risco | Janela Móvel de Retorno Efetivo

Período: 17/09/2003 18/12/2024
Janela: 20 dias



Backtest Risco | Janela Móvel de Retorno Efetivo

Período: 17/09/2003 18/12/2024
Janela: 20 dias

Período selecionado: 17/09/2003 - 18/12/2024 - 5340

	Volatilidade			Dias com Retorno		Retorno Diário				
	12 meses	Volatilidade	Índice de Sharpe	Positivo	Negativo	Médio	Máximo	Data	Mínimo	Data
IMA B 5	1,93 %	2,76 %	0,56	3743	1597	0,05 %	1,39 %	13/03/2020	-2,72 %	18/05/2017
CDI	0,03 %	0,23 %	0,00	5340	0	0,04 %	0,08 %	17/09/2003	0,01 %	24/08/2020

Conclui-se, portanto, que a estratégia de alocação em fundos atrelados ao IMA-B5 é recomendável para o Fundo de Equalização de Receita. Essa abordagem combina proteção inflacionária, diversificação e eficiência na geração de valor, maximizando os retornos ajustados ao risco em um horizonte de longo prazo, mantendo exposição em título público ou crédito privado de rating satisfatório.

ESG: Estratégia Sustentável e rentabilidade FER

O compromisso com a sustentabilidade tem moldado o mercado financeiro, tornando os investimentos ESG (Environmental, Social, and Governance)³ uma prioridade para instituições e investidores em geral. A crescente demanda por investimentos responsáveis

³ ESG: conhecido no Brasil como ASG, a sigla congrega os critérios ambiental, social e de governança.

vem impulsionado a emissão de títulos alinhados a práticas ESG, como *green bonds*⁴, *social bonds*⁵ e *sustainability-linked bonds*⁶.

No Brasil, dois instrumentos vêm ganhando destaque na viabilização de projetos sustentáveis de longo prazo, merecendo um olhar mais apurado: as debêntures de infraestrutura e, mais recentemente, as Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD).

As debêntures de infraestrutura são instrumentos de dívida emitidos por empresas para financiar projetos essenciais, como energia renovável, transporte sustentável, saneamento básico e telecomunicações. Esses ativos apresentam rentabilidade indexada ao IPCA, protegendo o investidor contra a inflação, e, no caso de debêntures incentivadas pela Lei 12.431, contam com benefícios fiscais. Apesar de o FER ser imune à tributação, o incentivo fiscal torna essas debêntures ainda mais atrativas para o mercado em geral, proporcionando maior liquidez e ampliando a base de investidores.

O diferencial das debêntures de infraestrutura está em sua capacidade de gerar externalidades positivas. Os recursos captados financiam iniciativas que promovem a transição energética, expandem a infraestrutura básica e impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável. Projetos como usinas de energia limpa, sistemas de tratamento de água e melhorias no transporte público não apenas beneficiam a sociedade como também contribuem para mitigar riscos ambientais e sociais de longo prazo.

Por sua vez, as Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCDs) são instrumentos financeiros emitidos exclusivamente por bancos de desenvolvimento, como o BNDES e instituições estaduais, com o propósito de captar recursos destinados a projetos estratégicos. Esses projetos incluem iniciativas voltadas para a indústria, inovação tecnológica, infraestrutura e o fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas. Por estarem diretamente associadas ao sistema financeiro público, as LCDs desempenham um papel fundamental no estímulo a setores produtivos e no financiamento de atividades essenciais para o desenvolvimento socioeconômico.

No caso das debêntures incentivadas de infraestrutura, estas são emitidas por empresas privadas e têm como objetivo financiar projetos de infraestrutura considerados de interesse público, como aqueles relacionados à energia, transportes, saneamento e logística. Esse instrumento amplia a participação do mercado de capitais no financiamento de longo prazo, promovendo uma maior diversificação de investidores e canalizando recursos privados para iniciativas relevantes ao progresso do país.

Assim, as LCDs e as debêntures incentivadas possuem características e públicos distintos, mas desempenham papéis complementares. Enquanto as LCDs reforçam o papel das instituições públicas no apoio direto ao setor produtivo, as debêntures incentivadas

⁴ Green bonds: instrumento financeiro de renda fixa utilizado para financiar projetos com impacto ambiental positivo.

⁵ Social bonds: títulos similares aos green bonds, mas focados em produzir impactos sociais positivos

⁶ Sustainability-linked bonds: títulos de renda fixa similares ao green e social bonds, com a diferença de não estarem ligados a projetos específicos, mas sim a estimular a busca de objetivos sustentáveis pelas empresas emissoras.

fortalecem o engajamento do mercado privado em projetos de infraestrutura, contribuindo conjuntamente para um desenvolvimento econômico mais robusto e sustentável.

Esses títulos são isentos de Imposto de Renda para pessoas físicas, apresentam vencimento mínimo de 12 meses e possuem uma regulação rígida, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que assegura a transparência e a correta destinação dos recursos captados.

Para o FER, as debêntures de infraestrutura e as LCDs representam um pilar fundamental em sua estratégia ESG. Investir nesses títulos permite ao fundo alinhar suas metas de rentabilidade à responsabilidade socioambiental. Além disso, a alta liquidez desse mercado garante flexibilidade na alocação de recursos e reforça a atratividade desses ativos como uma escolha eficiente para diversificação de portfólio.

Percebe-se, portanto, que estes ativos oferecem uma combinação única de impacto social, ambiental e rentabilidade atrelada ao IPCA. Ao priorizá-los, o FER não apenas busca retornos ajustados ao risco, mas também se posiciona como um agente transformador na sociedade.

CAPÍTULO VIII: POLÍTICA DE ALOCAÇÃO E LIMITES POR SEGMENTO

Considerando-se o cenário econômico atual, prezando pela previsibilidade dos rendimentos e busca das melhores opções de risco retorno, apresenta-se, para cada classe de ativos, os respectivos limites que servirão de parâmetro para exposição da carteira de investimentos do FER em 2024.

A definição de alocação objetivo não configura em obrigação do FER em alocar recursos nesses segmentos, e tem por intuito apenas balizar os investimentos no período de vigência da política, sobretudo no que tange a ativos de longo prazo. No entanto, no caso da não aderência da carteira a esses percentuais, o Comitê de Investimentos deverá apresentar justificativa formal ao Conselho Gestor, evidenciando as motivações e estratégias utilizadas. Os limites superiores, por outro lado, deverão ser respeitados invariavelmente.

ALOCAÇÃO E LIMITE POR SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE SUPERIOR
RENDA FIXA		
Títulos Públicos de emissão do TN	0%	100%
FI 100% títulos TN	10%	100%
ETF - 100% Títulos Públicos	0%	100%
Operações compromissadas	0%	0%
FI Renda Fixa	60%	100%

ETF - Renda Fixa	0%	0%
Ativos de RF emitidos por Instituições Bancárias	0%	20%
FI em Direitos Creditórios (FIDC) - Cota Sênior	0%	0%
FI de Renda Fixa "Crédito Privado"	20%	20%
FI Debêntures de Infraestrutura	0%	5%
Limite Segmento Renda Fixa	90%	100%
RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		
FI de Ações - Aberto	0%	0%
ETF - Índice de renda variável	0%	0%
FI Multimercado - FIM e FICFIM	10%	10%
FI em Participações - FIP	0%	0%
FI de Ações – Mercado de Acesso	0%	0%
FI Imobiliários	0%	0%
Limite Segmento Renda Variável e Inv. Est.	10%	10%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		
FI e FIC de Renda Fixa - Dívida Externa	0%	0%
FIC - Investimentos no Exterior	0%	0%
FI de Ações BDR Nível 1	0%	0%
Limite Segmento Investimentos no Exterior	0%	0%

Foram consideradas para a elaboração da Política de Investimentos as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.693/21 (RRPS) e nº 4.994/22 (EFPC).

No caso de aportes ao FER que não possuam alocação específica aprovada pelo Comitê de Investimentos, os recursos ficarão, até a próxima reunião do Comitê de Investimentos, alocados em fundo com liquidez diária referenciado ao CDI, utilizado usualmente pelo Tesouro Municipal com função de caixa.

7.1. RENDA FIXA

A política prevê uma predominância na aquisição de cotas de fundos de investimentos em renda fixa. Dentro deste segmento, tendo em vista a maximização do risco/retorno dentro de parâmetros condizentes com o conservadorismo inerente das aplicações do Fundo, foi aprovada uma proposta que prevê a alocação majoritária no

subsegmento “Renda Fixa Geral”. Esse segmento é caracterizado por sua baixa volatilidade, por ser referenciado no CDI e por buscar retornos na casa de CDI + 0,5%.

Condizente com os avanços de governança alcançados pelas Instâncias Deliberativas do FER, seguimos a estratégia de aplicação em fundos no subsegmento “Renda Fixa Crédito Privado”, que buscam alcançar um ganho relativo de longo prazo em relação ao CDI, respeitados os limites de exposição ao risco e à volatilidade. Os fundos neste subsegmento buscam retornos anualizados na faixa de CDI + 1,5%.

Na política de Investimentos para 2025, foram alterados os limites superiores para 3 classes: ETF - 100% Títulos Públicos, cujo limite perfaz agora 100%; Ativos de Renda Fixa emitidos por Instituições Bancárias, elevado para 20%, e FI de Debêntures de Infraestrutura, com 5%. Esse percentual abre espaço para, a depender das condições de mercado, buscar aportes em ativos cuja prioridade são projetos com foco em ESG (Ambiental, Social e Governança).

A estratégia busca aproveitar a rentabilidade de juros reais, que continua sendo um dos principais fatores para manter o retorno real positivo do portfólio. Além disso, promove uma participação ativa em projetos estruturais que contribuem para a transição energética e o desenvolvimento da economia brasileira, alinhando retorno financeiro com impacto sustentável.⁷

Com a prerrogativa de ser um fundo que busca correr baixos riscos, os investimentos públicos em renda fixa seguem predominantes, tendo por objetivo a composição de 90% da carteira. O limite geral de aplicação para o segmento de renda fixa, contudo, será de 100% (cem por cento) dos ativos do FER, para os quais deverão ser respeitados limites específicos para cada tipo de produto, a saber:

7.1.1 Limites de alocação para diferentes segmentos em renda fixa

I. **Títulos Públicos de emissão do TN:** até 100% em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As operações que envolvam esses ativos deverão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), nas suas respectivas áreas de competência, admitindo-se, ainda, aquisições em ofertas públicas do Tesouro Nacional por intermédio das instituições regularmente habilitadas, desde que possam ser devidamente comprovadas.

II. **FI 100% títulos TN:** até 100% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores

⁷ [23] O Guia de ASG elaborado pela ANBIMA traz os conceitos, estratégias, recomendações e estudos de caso sobre a incorporação desses critérios na política de investimentos de fundos, e pode ser acessado em: <https://www.anbima.com.br/data/files/1A/50/EE/31/BFDEF610CA9C4DF69B2BA2A8/ANBIMA-Guia-ASG-2019.pdf>

Mobiliários (CVM), constituídos sob a forma de condomínio aberto, que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou compromissadas lastreadas nesses títulos.

III. **ETF - 100% Títulos Públicos:** previsto limite superior de até 100% para aplicação em cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa (negociáveis em bolsa de valores, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas exclusivamente em títulos do Tesouro Nacional, ou compromissadas lastreadas nesses títulos (fundos de índice de renda fixa).

IV. **Operações Compromissadas:** não está prevista a aplicação diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente por títulos de emissão do Tesouro Nacional.

V. **FI Renda Fixa:** até 100% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa); a denominação do fundo não poderá conter a expressão "crédito privado".

VI. **FI em Direitos Creditórios (FIDC) - Cota Sênior:** não está prevista a aplicação direta em cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);

VII. **ETF - Renda Fixa:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, compostos por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índice de renda fixa, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de índice de renda fixa); a denominação do fundo não poderá conter a expressão "crédito privado".

VIII. **Fundos de Renda Fixa "Crédito Privado":** até 20% da aplicação em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela CVM (fundos de renda fixa).

IX. **Ativos de RF emitidos por Instituições Bancárias:** limite superior de até 20% das aplicações em ativos emitidos por Instituições Bancárias, notadamente Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD), títulos emitidos exclusivamente por bancos de desenvolvimento, como o BNDES e instituições estaduais, conforme estabelecido pela Lei nº 14.937, de 2024.

X. **FI Debêntures de Infraestrutura:** limite superior de até 5% da aplicação em cotas de fundos de investimento que apliquem seus recursos preponderantemente em debêntures de infraestrutura que atendam aos requisitos de isenção estabelecidos na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

7.1.2. Regras para Aplicações em Renda Fixa:

- I. Para aplicações em **fundos de renda fixa**, seus respectivos **regulamentos deverão determinar**:
 - a) que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia;
 - b) que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

- II. Para os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras dos fundos de investimento, **deve-se observar**:
 - a) ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
 - b) ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;
 - c) ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou
 - d) ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.

- III. No caso de alteração desta Política Investimentos e eventual aplicação direta de recursos em FIDCs, deve ser comprovado que o gestor do fundo de investimento já realizou, pelo menos, dez ofertas públicas de cotas seniores de fundo de investimento em direitos creditórios encerradas e integralmente liquidadas;

- IV. Os responsáveis pela gestão de recursos do FER deverão certificar-se de que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento e os respectivos emissores são considerados de baixo risco de crédito.

- V. Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta Política de Investimentos, aplicam-se aos fundos de investimento os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

7.2. RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Fica estabelecido que o segmento de renda variável e investimentos estruturados não poderá representar mais do que 10% (dez por cento) da totalidade das aplicações dos recursos do FER, estando prevista a alocação de 10% da carteira no segmento para 2024[LJLP18] , em sua integralidade no segmento de fundos multimercados, estando a volatilidade dos ativos selecionados limitada a volatilidade do IMA-B nos últimos doze meses.

7.2.1 Limites de Alocação para Diferentes Segmentos em Renda Variável e Investimentos Estruturados:

- I. **FI de Ações - Aberto:** não está prevista a aplicação em fundos de investimentos classificados como ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda variável);
- II. **ETF – Índice de Renda Variável:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável, divulgados ou negociados por bolsa de valores no Brasil, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de índice de renda variável);
- III. **FI Multimercado - FIM e FICFIM:** até 10% em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FIM) e em cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado (FICFIM);
- IV. **FI em Participações - FIP:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento em participações (FIP), constituídos sob a forma de condomínio fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nesses fundos;
- V. **FI de Ações - Mercado de Acesso:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento classificados como “Ações - Mercado de Acesso”, conforme regulamentação estabelecida pela CVM.

VI. **FI Imobiliários:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) negociadas nos pregões de bolsa de valores.

7.2.2 Regras para Aplicações em Renda Variável

I. As aplicações previstas em Fundos de Investimentos em renda variável subordinam-se a que os fundos não sejam compostos exclusivamente por ativos em renda variável;

II. Os **ativos financeiros de emissores privados**^[17] que integrem as carteiras dos fundos de investimento devem:

a) ser emitidos por instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

b) ser emitidos por companhias abertas, exceto securitizadoras, desde que operacionais e registradas na CVM;

c) ser cotas de classe sênior de fundo de investimento em direitos creditórios classificado como de baixo risco de crédito por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa autarquia; ou

d) ser cotas de fundos de investimento cujos ativos investidos observem as condições do inciso I ou do inciso II deste parágrafo.

III. No caso de alteração desta Política Investimentos e eventual aplicação de recursos em **Fundos de Investimentos em Participações** esta estará subordinada a:

a) que o fundo de investimento seja qualificado como entidade de investimento, nos termos da regulamentação específica da CVM;

b) que o regulamento do fundo determine que:

b.1) o valor justo dos ativos investidos pelo fundo, inclusive os que forem objeto de integralização de cotas, deve estar respaldado em laudo de avaliação elaborado por Auditores Independentes ou Analistas de Valores Mobiliários autorizados pela CVM;

b.2) que a cobrança de taxa de performance pelo fundo seja feita somente após o recebimento, pelos investidores, da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno nele previstos;

b.3) que o gestor do fundo de investimento, ou gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, mantenham a condição de cotista do fundo em

percentual equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital subscrito do fundo, sendo vedada cláusula que estabeleça preferência, privilégio ou tratamento diferenciado de qualquer natureza em relação aos demais cotistas;

b.4) que as companhias ou sociedades investidas pelo fundo tenham suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM e publicadas, no mínimo, anualmente;

c) que seja comprovado que o gestor do fundo já realizou, nos últimos dez anos, desinvestimento integral de, pelo menos, três sociedades investidas no Brasil por meio de fundo de investimento em participações ou fundo mútuo de investimento em empresas emergentes geridos pelo gestor e que referido desinvestimento tenha resultado em recebimento, pelo fundo, da totalidade do capital integralizado pelo fundo nas referidas sociedades investidas, devidamente atualizado pelo índice de referência e taxa de retorno previstos no regulamento.

- IV. É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo "Investimento no Exterior".
- V. Caso a gestão do FER decida vender participações existentes em cotas de FIPs, deverá ser elaborado estudo de avaliação econômico-financeira, preferencialmente por consultoria externa.
- VI. Ressalvadas as regras expressamente previstas nesta política de investimentos, aplicam-se aos fundos de investimento de que trata este artigo os limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro e demais critérios definidos pela CVM em regulamentação específica.

7.3. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR^[TB19]

Em 2020, a pandemia causada pela Covid-19 provocou abalos relevantes no cenário econômico global e nacional, incluindo as variações negativas nos ativos do mercado de capitais reverberados até hoje. Em contrapartida, notou-se também grandes injeções de recursos nas economias para dar liquidez aos mercados e, no decorrer dos meses subsequentes, o mercado financeiro reagiu paulatinamente.

A despeito das previsões da maioria dos especialistas, o mercado americano apresentou crescimento acima das expectativas em 2024, ainda que os juros futuros tenham atingido suas máximas desde 2008. No decorrer de 2024, se previu um arrefecimento gradual da economia norte americana, conforme os contratos de crédito, amplamente pré-fixados nesta economia, são renegociados a taxas mais elevadas. O mercado de imóveis comerciais enfrenta vacâncias em patamares recordes em diversas praças relevantes nos EUA, como São Francisco e Nova York, enquanto o mercado de imóveis residenciais apresenta forte arrefecimento com os níveis historicamente altos de

hipotecas. Por outro lado, as economias de *softwares* e tecnologia, aeroespacial e de biotecnologia, todas em ampla expansão, vem puxando o crescimento americano e sendo importantes vetores para a economia do país.

Apesar dos prognósticos saudáveis para os investimentos no exterior, principalmente na economia americana, a predominância do FER em alocações de renda fixa torna a economia local, que possui juros reais elevados, mais interessante para as alocações do fundo.^[DN20] Além disso, há de se considerar o risco cambial de aplicações no exterior, uma vez que, além do risco inerente ao ativo investido, esse segmento possui também o risco de valorização ou desvalorização cambial, considerada uma das variáveis de maior dificuldade de previsão nos modelos econométricos.

7.3.1 Limites de alocação para diferentes segmentos no Exterior

I. **FI e FIC de Renda Fixa - Dívida Externa:** não está prevista a aplicação em cotas de fundos de investimento e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa - Dívida Externa”;

II. **FIC - Investimentos no Exterior:** não está prevista a aplicação fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior. Os fundos somente poderão adquirir ativos financeiros emitidos no exterior mediante a aquisição de cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, incluídas as cotas de fundos de índice.

III. **FI de Ações BDR Nível 1:** não está prevista a aplicação em cotas dos fundos da classe “Ações - BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

7.3.2 Regras para Aplicações no Exterior

I. Além de averiguar o cumprimento aos limites disposto nessa seção, o Comitê de Investimentos deverá assegurar que:

a) os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento;

- b) os fundos de investimento constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.
- II. É vedada a aquisição de cotas de fundo de investimento com o sufixo "Investimento no Exterior" cujo regulamento não atenda à regulamentação para investidor qualificado nos termos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários.
 - III. É vedada a aquisição direta ou indireta de cotas de fundo de investimento em participações com o sufixo "Investimento no Exterior".

CAPÍTULO VIII: LIMITES GERAIS

O Fundo de Equalização da Receita somente poderá aplicar recursos em ativos quando atendidas, cumulativamente, as condições descritas nesta seção.

8.1. DA ESCOLHA DO GESTOR/ADMINISTRADOR:^[TB21]

Em linha com o processo de incremento de governança do FER e de robustez de seus instrumentos normativos e contratuais, a partir de 2024 os administradores de fundos nos quais o FER invista serão credenciados junto à Secretaria da Fazenda.

- I. A instituição responsável pela gestão ou pela administração de fundos nos quais o FER invista deve possuir em seu grupo econômico uma instituição financeira integrante da lista exaustiva divulgada pela Secretaria de Previdência que atenda ao disposto no art. 21, §2, inciso I da Resolução CMN nº 4963/2021.
- II. O gestor e o administrador dos fundos em que o FER aplicar devem ser considerados pelo Conselho Gestor e pelo Comitê de Investimentos como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento.
- III. O administrador^[18] deverá possuir sob administração, pelo menos duas vezes o patrimônio atual do FER.
- IV. O gestor^[19] deverá possuir um patrimônio igual ou superior ao patrimônio total que o FER possuía na data de trinta e um de dezembro do ano anterior ao da vigência da Política de Investimentos aprovada.

8.2. DOS LIMITES DE CONCENTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

- I. O FER não poderá aplicar, direta ou indiretamente, mais que 20% (vinte por cento) de seu patrimônio em cotas de um mesmo fundo de investimento^[TB22], com exceção da aplicação em fundos exclusivos.
- II. O total de recursos do FER aplicados em cotas de um mesmo fundo de investimento não poderá representar mais do que 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido deste fundo. Isto é, a participação do FER em fundos não exclusivos não poderá exceder este percentual.
 - a) O limite será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido de fundos de investimentos classificados como:
 - a.1) fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
 - a.2) fundos de investimento de renda fixa - Crédito Privado e;
 - a.3) fundos de investimento de Debêntures Incentivadas.
 - b) Para aplicações em fundos de investimento em direitos creditórios, o limite estabelecido será calculado em proporção do total de cotas de classe sênior e não do total de cotas do fundo. O total das aplicações do FER deverá representar, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do total de cotas seniores de um mesmo fundo de investimento em direitos creditórios.
- III. O total das aplicações do FER em fundos de investimento e carteiras administradas não pode representar mais do que 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico. Dessa forma, os limites de 15% e 5% citados acima também estão subordinados a que o volume de recursos do FER não represente mais do que 5% do total de recursos sob gestão de uma mesma instituição.
- IV. Os limites de concentração não se aplicam aos fundos de investimento que apliquem seus recursos exclusivamente em títulos do Tesouro Nacional ou em compromissadas lastreadas nesses títulos.
- V. Para Fundos de Investimento em Cotas (FICs), devem ser considerados o regulamento e os limites do(s) fundo(s) nos quais aqueles investem.

8.3. DA ESCOLHA DOS ATIVOS:^[TB23]

I. O FER poderá aplicar seus recursos somente em Fundos registrados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

II. As aplicações do FER em fundos de investimento em cotas de fundos de investimento serão admitidas desde que seja possível identificar e demonstrar que os respectivos fundos mantenham as composições, limites e garantias exigidas para os fundos de investimento de que trata esta política.

III. A aplicação de recursos em fundos de investimentos ou em carteiras administradas, quando os regulamentos ou contratos contenham cláusulas que tratem de taxa de performance, está condicionada a que o pagamento da referida taxa atenda cumulativamente às seguintes condições:

- a) rentabilidade do investimento superior à valorização de, no mínimo, 100% (cem por cento) do índice de referência;
- b) montante final do investimento superior ao capital inicial da aplicação ou ao valor do investimento na data do último pagamento;
- c) periodicidade, no mínimo, semestral;
- d) conformidade com as demais regras aplicáveis a investidores que não sejam considerados qualificados, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

IV. As condições previstas nos incisos III e IV não se aplicam aos fundos de investimento cujos regulamentos estabeleçam que a taxa de performance será paga somente após a devolução aos cotistas da totalidade de seu capital integralizado no fundo, devidamente atualizado pelo índice de referência e pela taxa de retorno neles previstos.

CAPÍTULO IX: RESTRIÇÕES

I. É vedado ao Fundo de Equalização da Receita:

- a) realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo título, valor mobiliário em um mesmo dia;

II. É vedado ao Fundo de Equalização da Receita e aos fundos em que esse invista:

- a) aplicar em cotas de fundos que nele invistam;
- b) aplicar em ativos financeiros ou modalidades não previstas nesta Política de Investimentos;
- c) aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- d) aplicar em ativos financeiros de companhia aberta não operacional e sem registro na CVM;
- e) aplicar em ativos de emissão de companhias securitizadoras;
- f) a atuação em mercados de derivativos que gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- g) manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento, ressalvada a possibilidade de utilização para fins de proteção da carteira (hedge) e para fins de posicionamento;
- h) manter posições em fundos de renda fixa cuja volatilidade seja superior a do índice IMA-B nos 12 meses precedentes à alocação. Manter posições em fundos multimercado cuja volatilidade seja superior ao índice IMA-B nos 12 meses precedentes à alocação;
- i) adquirir cotas de Fundos de Direitos Creditórios Não Padronizados - FIDCNP;
- j) negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
- k) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos financeiros que não previstos nesta política;
- l) adquirir ações de empresas estatais do município de Niterói;
- m) aplicar em ativos não registrados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA;

CAPÍTULO X: CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE ATIVOS

10.1. CRITÉRIOS GERAIS

- I. A escolha dos ativos irá se pautar pela diversificação, tanto na classe de ativos quanto na segmentação por subclasses de ativos, emissor, vencimentos diversos e

indexadores, sempre visando à maximização da relação risco/retorno do montante total aplicado.

II. Importante destacar que a produtividade da mitigação de risco é decrescente, ou seja, diminui marginalmente a cada adição de um novo ativo na carteira. Em vista disso, recomenda-se que a carteira não tenha mais do que 20 ativos/produtos financeiros diferentes.

III. Em títulos de Crédito Privado detidos por fundos dos Segmentos Renda Fixa Geral, Renda Fixa Crédito Privado e Multimercado, serão observadas as concentrações por emissor na carteira e a sua nota de risco (rating) por agência classificadora de risco (Agência de Rating).

IV. Outrossim, o Conselho Gestor e o Comitê de investimentos do FER devem sempre avaliar os custos decorrentes das aplicações, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento e divulgar as despesas com as aplicações e com a contratação de prestadores de serviços, quando for o caso.

10.2. CRITÉRIOS ESTRATÉGICOS

Considerando as finalidades constitutivas do FER e suas características, recomenda-se:

I. O Fundo preferencialmente não aplicará [TB24] seus recursos em Fundos de Investimentos cujas estratégias estejam pautadas na alocação em ativos do setor de energia diretamente relacionados à exploração de petróleo e gás natural. Assim, deve ser considerado como critério para composição de portfólio uma seleção de ativos cuja performance não acompanhe as variações de preços internacionais do petróleo Brent ou câmbio.

II. A eventual aplicação financeira em fundos de investimentos em participação (FIP) [TB25] deverá priorizar as categorias FIP-IE e FIP-PD&I. De acordo com o estabelecido pela Instrução de número 578/16 da CVM, os FIPs enquadrados nessas duas categorias deverão manter seus ativos elegíveis alocados em projetos de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação no território nacional, nos setores de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação ou outras áreas tidas como prioritárias pelo Poder Executivo Federal.

III. Deverão ser priorizados fundos cujos ativos atendam aos princípios internacionais de ESG^[20], sendo estes aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.

10.3. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE ATIVOS

I. O Comitê de Investimento, Instância Deliberativa pela seleção dos ativos, deverá analisar as opções de investimentos observando os seguintes aspectos:

- a) Conformidade com a Política Anual de Investimentos;
- b) Diversificação que o investimento pode representar à carteira atual;
- c) Indicadores de Performance (Sharpe, Alfa, % do Benchmark);
- d) Medidas de Risco (Volatilidade, Var);
- e) Regulamento, evidenciando as características, natureza e enquadramento do produto a esta Política de Investimentos, assim como a análise do relatório de agência de risco (quando aplicável);
- f) Parecer acerca da aplicação: quando se tratar de fundos de investimentos em participações, o Conselho Gestor poderá promover processo de *Due Diligence*^[21] a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto;
- g) Análise das projeções de retorno dos investimentos realizadas por meio do software de modelagem matemática desenvolvido pelo Jain Family Institute, em parceria estratégica entre a SMF, a UFF, a FEC e o instituto;
- h) Preferencialmente atender aos princípios internacionais de ESG (da sigla em inglês para Governança Ambiental, Social e Corporativa), [TB26] de forma que os diferentes aspectos socioambientais sejam incorporados à análise dos investimentos à medida em que avancem as exigências de *disclosure*^[22] e essas informações passem a fazer parte da realidade do mercado financeiro brasileiro^[23].

II. De modo mais específico, deverão ser observados, para ativos de cada segmento, a *duration*[TB27] [24] média do fundo, liquidez, sua política de investimentos, estrutura e tamanho da gestora, taxa de administração e/ou taxa de performance cobradas, prazos de carência para resgates, entre outros;

III. Dessa forma, a estratégia de investimento e desinvestimento levará em consideração dois aspectos gerais: a expectativa de rentabilidade e o risco associado ao produto.

CAPÍTULO XI: CONTROLE DE RISCOS

As aplicações do Fundo de Equalização da Receita estão sujeitas à incidência de diversos fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, e é papel dos gestores buscar minimizá-los.

Esta seção estabelece os critérios, os parâmetros e os limites de gestão de risco dos investimentos. Possui, ainda, objetivo de mapear os principais riscos, destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do FER estão expostos, entre eles, os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e sistêmico.

11.1. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado caracteriza-se pela possível ocorrência de flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela carteira de investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras.

O acompanhamento do risco dos ativos será feito através da métrica mais utilizada pelo mercado, a volatilidade. A volatilidade é uma “variável econômica que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um determinado período”.

Dessa forma, ativos com maior volatilidade apresentam maiores riscos de perda, priorizando-se assim a busca de ativos com volatilidade baixa ou moderada e boa relação risco retorno.

A mitigação dos riscos de mercado deve ser efetuada observando-se o princípio da diversificação, considerando os limites de alocação e concentração e por meio de acompanhamento periódico da evolução do mercado.

11.2. RISCO DE CRÉDITO_[TB28]

Entende-se por risco de crédito o risco de os emissores dos ativos financeiros que integram a Carteira não cumprirem com suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Compreende também o risco de perda de valor em função da deterioração da classificação de risco do emissor, da capacidade de pagamento do emissor ou das garantias.

Para a avaliação de risco de crédito, serão utilizados os ratings atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. Os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na Comissão de Valores Mobiliários ou reconhecida por essa autarquia. Deverá ser observado se a emissão ou emissor possui rating e se a nota é, de acordo com a escala da instituição, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

AGÊNCIA	COTA SÊNIOR FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA OU NÃO FINANCEIRA	
		CURTO PRAZO	LONGO PRAZO
STANDARD & POORS	brA-	brA-3	brA-
MOODY'S	A3.br	BR-3	A3.br
FITCH RATINGS	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)

Os investimentos que possuírem rating igual ou superior às notas indicadas serão enquadrados como baixo risco de crédito, estando, portanto, elegíveis para integrar a carteira do FER. Caso um título tenha recebido classificação de mais de uma agência classificadora de risco e isso resulte em divergência na definição do risco de crédito do título, será considerado, para fins de enquadramento, o pior rating.

Títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo rating de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, prevalecerá também a nota de classificação mais baixa. Também serão analisados os *spreads* [25] oferecidos pelos títulos, a fim de verificar sua coerência com o risco oferecido pela dívida.

11.3. RISCO DE LIQUIDEZ

No contexto do FER, o risco de liquidez caracteriza-se pela dificuldade de utilização dos recursos para o cumprimento de sua função estabilizadora e possíveis prejuízos decorrentes dessas operações.

Para mitigar riscos de liquidez, a gestão se prestará à observação dos limites de concentração e diversificação estabelecidos pela política vigente e das regras para solicitação de resgates e cotização dos fundos. Além disso, o FER deverá manter um percentual mínimo de seus recursos financeiros em ativos que proporcionem liquidez no curto prazo para o atendimento de eventuais resgates, conforme mostra a tabela:

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	20%

A parcela mínima de recursos que devem estar disponíveis no horizonte temporal de 0 a 30 dias contempla o percentual máximo de utilização dos recursos do FER permitida por lei anualmente, ao mesmo tempo que oferece margem para realocação das aplicações.

11.4. RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico consiste em problemas com uma instituição relevante do mercado ou em um determinado evento econômico importante que provoque um efeito de contágio nos demais participantes do sistema.

O acompanhamento sistemático dos principais riscos relativos ao cenário macroeconômico e ao setor de atuação do emissor de um título, dos riscos anteriormente discriminados nesta política, além da atenção à diversificação de setores e emissores dos investimentos são instrumentos mitigadores do risco sistêmico.

CAPÍTULO XII: PLANO DE REENQUADRAMENTO

Para verificação do cumprimento dos limites, requisitos e vedações estabelecidos nesta política, as aplicações dos recursos realizadas diretamente pelo FER, ou indiretamente por meio de fundos de investimento ou de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, devem ser consolidadas com as posições das carteiras próprias e carteiras administradas.

O monitoramento da aderência da carteira, dos fundos e da operacionalização dos investimentos às normas previstas nesta Política e na legislação vigente será realizado a partir da elaboração de relatórios periódicos de enquadramento, que deverão ser enviados ao Conselho Gestor para apreciação. Caso haja incompatibilidade dos limites e exposição a riscos, o Comitê de Investimentos deverá implantar um plano de reenquadramento em até 90 dias corridos.

Com o objetivo de preservação do patrimônio do FER, o plano terá como objetivo o reenquadramento às normas gerais preconizados no documento, de modo a adequar aos limites e mitigar excessiva exposição a risco ou perdas de recursos, e consistirá em:

- I. Apuração das causas e elaboração de relatório;
- II. Identificação dos envolvidos, a contar do início do processo;
- III. Estudo técnico sobre o processo de reenquadramento;
- IV. Quando necessário, execução de medidas judiciais perante os responsáveis.

Não serão considerados como infringência dos limites de aplicações estabelecidos os eventuais desenquadramentos decorrentes de valorização ou desvalorização de ativos financeiros. No que tange aos investimentos em renda variável, entretanto, a alocação deve ser corrigida em até 180 dias caso o desenquadramento exceda 25% (vinte e cinco por cento) do limite definido nesta política.

No caso específico de os limites de concentração de ativos serem ultrapassados em decorrência do resgate de cotas do fundo por outros cotistas, a gestão do FER deverá adequar-se em até 120 dias.

Se o desenquadramento for ocasionado por ativos privados que posteriormente sofram rebaixamento da nota de crédito, não há necessidade de imediato resgate dos valores investidos, quando os ativos do fundo de investimento deixarem de ser classificados como de baixo risco de crédito, desde que os ativos que compõem a carteira do Fundo tenham sido devidamente classificados como baixo risco de crédito quando da sua aquisição.

A gestão do FER fica impedida, até o respectivo reenquadramento, de efetuar investimentos que agravem os excessos verificados.

O desenquadramento, de qualquer natureza, deverá ser corrigido buscando o menor ônus possível para a Entidade e respeitando o que está previsto na Legislação e nesta Política de Investimentos.

Diante de eventual descumprimento da meta de rentabilidade definida nesta política, o Comitê de investimentos deverá prestar justificativa formal no exercício seguinte, ficando a cargo do Conselho Gestor redefinir os parâmetros na política de alocação de recursos do exercício seguinte.

CAPÍTULO XIII: TRANSPARÊNCIA

O Fundo de Equalização da Receita busca, por meio da sua Política de Investimentos, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Dessa forma, foram definidos os seguintes procedimentos para divulgação das informações relativas à Política de Investimentos:

I. Mensalmente, elaborar Relatório de Desempenho do FER que deverá conter, no mínimo:

- a) a descrição das operações realizadas no período, especificando, em relação a cada uma, os objetivos e os montantes dos investimentos efetuados;
- b) a posição dos investimentos no último dia do período de referência;
- c) a rentabilidade apurada no período;
- d) a rentabilidade apurada nos últimos 24 meses;
- e) a relação dos encargos debitados do FER nos últimos 24 meses;
- f) a composição da carteira de investimentos do FER e sua distribuição por segmento, tipo de ativo e índice de referência;
- g) a aderência à estratégia de alocação preconizada na política anual de investimentos.

II. Quadrimestralmente, elaborar o Relatório de Enquadramento referente ao período, contendo:

- a) a aderência da carteira aos limites de alocação e demais parâmetros previstos na Política de Investimentos e na legislação vigente;
- b) a aderência dos produtos e instituições financeiras às exigências previstas na Política de Investimentos e na legislação vigente;
- c) a aderência dos investimentos aos demais limites de concentração e de riscos previstos na Política de Investimentos e na legislação vigente.

III. Anualmente, elaborar o Relatório de Prestação de Contas do FER, contendo:

- a) demonstrações financeiras anuais, com:

- a.1) demonstraco de receitas, aplicaes e movimentaces da conta consignada do Fundo;
- a.2) balanço financeiro com os produtos financeiros que compõem o portfólio da carteira do Fundo e avaliao de seus respectivos valores a mercado;
- a.3) notas explicativas das demonstraes financeiras, quando necessário; e
- a.4) os custos decorrentes das aplicaes, inclusive daquelas efetuadas por meio de fundos de investimento e divulgar as despesas com as aplicaes e com a eventual contratao de prestadores de serviços.
- b) avaliao do cumprimento dos parâmetros e restries definidos na Política de Investimentos;
- c) demonstraes anuais dos rendimentos totais provenientes das aplicaes do Fundo durante o exercício financeiro, com as seguintes características:
 - c.1) comparao com os rendimentos obtidos nos 3 (três) anos imediatamente anteriores;
 - c.2) comparao entre o rendimento nominal e o retorno real, após descontada a inflao; e
 - c.3) comparao dos rendimentos obtidos no exercício financeiro com os índices de desempenho utilizados como padrão de referência nacional e internacional.

IV. Disponibilizar no sítio eletrnico do FER, www.niteroidofuturo.niteroi.rj.gov.br:

- a) a legislao e a regulamentao do fundo;
- b) a história do Fundo, incluindo as razões para a sua criao, as origens de seus recursos e a estrutura de governança;
- c) a composio das Instâncias Deliberativas responsáveis pela gestão do FER, contendo a nomeao dos titulares e cargos de seus representantes;
- d) as deliberaes do Conselho Gestor;
- e) a Política Anual de Investimentos, bem como quaisquer alteraes que vierem a ser efetuadas no documento;
- f) os Relatórios de Acompanhamento do FER;
- g) o Relatório Anual de Prestao de Contas.



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025

FER – FUNDO DE EQUALIZAÇÃO DA RECEITA

Secretaria de Fazenda de Niterói

(21) 2621-2400 / 2621-2474 / 2621-2529

cac@fazenda.niteroi.gov.br

Palácio Araribóia: Rua da Conceição, 100,
Centro, Niterói/RJ CEP: 24.020-084

